

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024/CPP/ALE/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1723.000097/2024-89
UASG 926919 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SCL, por meio de seu Agente de Contratações, nomeado por força das disposições contidas no **ATO Nº 1932/2025-SUP-RH/ALE/RO**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **pregão**, na forma **eletrônica**, do tipo **menor preço**, com o método de disputa **aberto**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021** e suas alterações, **Decreto Estadual nº 28.874/2024**, **Lei Estadual nº 2.414/2011**, **Res. 593/2024-ALE** e, ainda, a **Lei Complementar nº 123/06** e suas alterações.

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 04 de setembro de 2025

HORÁRIO(Brasília/DF): às 10h00min.

1.1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Agente de Contratações em contrário.

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

Do Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS, a pedido da **Divisão de Transportes**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme descrição detalhada no Anexo I – Termo de Referência.

2.1. **Do Valor estimado: R\$ 51.997,81** (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos).

- 2.2. Em caso de discordância** existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.
- 2.3. Da modalidade licitatória, formas e critérios de seleção do fornecedor:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.4. Da qualificação técnica e econômica das empresas proponentes:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 3 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.5. Da proposta comercial de seguro:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 4 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.6. Do julgamento e regime de execução:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 5 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.7. Motivação/justificativa:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 6 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.8. Da solução como um todo:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 7 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.9. Da modalidade do seguro:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 8 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.10. Da vistoria prévia:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 9 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.11. Da avaria:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.12. Dos bônus:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 11 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa da unidade requisitante.
- 2.13. Da franquia do seguro:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 12 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.14. Da vigência das apólices:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 13 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.15. Das coberturas e valores segurados:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 14 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.16. Serviços adicionais:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 15 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.17. Dos salvados:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 16 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.18. Da reintegração da importância segurada:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 17 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.19. Da inclusão, substituição e exclusão:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 18 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.20. Da regularização de sinistro:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 19 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.21. Do endosso:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 20 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.22. Da emissão da nota de empenho:** Ficam aquelas estabelecidas [no item 21 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#), as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

- 2.23. Dos prazos, condições e execução dos serviços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 22 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.24. Do recebimento provisório e aceitação dos serviços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 23 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.25. Do recebimento definitivo dos serviços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 24 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.26. Da fiscalização:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.27. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 26 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.28. Das obrigações da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 27 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.29. Das obrigações da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 28 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.30. Da rescisão contratual e cancelamento do seguro:** Ficam aquelas estabelecidas no item 29 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.31. Do controle e das alterações de preço:** Ficam aquelas estabelecidas no item 30 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.32. Das penalidades:** Ficam aquelas estabelecidas no item 31 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.33. Sanções administrativas:** Ficam aquelas estabelecidas no item 32 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.34. Da sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 33 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.35. Do quantitativo e valor estimado em pesquisa de preços:** Ficam aquelas estabelecidas no item 34 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.36. Da dotação orçamentária:** Ficam aquelas estabelecidas no item 35 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.37. Das disposições finais:** Ficam aquelas estabelecidas no item 36 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.38. Outras observações:** Ficam aquelas estabelecidas no item 37 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.39. Anexo I - composição da frota da assembleia legislativa do estado de Rondônia - histórico de sinistros:** Ficam aquelas estabelecidas no item 38 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.
- 2.40. Da repactuação e reajuste do contrato:**
- 2.40.1** Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.
- 2.40.2** Caso haja reajuste ou revisão contratual, deverá ser observado o disposto no Capítulo VII da Lei 14.133/21, conforme o caso
- 2.40.3** Caso houver prorrogação do contrato, o índice aplicável para o cálculo do reajuste será a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo IPCA-IBGE, ou outro que venha a substituí-lo (o menos gravoso para a administração pública).

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 3.1. De acordo com o Art. 164, da lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, observando o seguinte procedimento:
- 3.2. Envio exclusivo para endereço eletrônico, via e-mail: cpl@ale.ro.gov.br ou protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2562 – Bairro Olaria, Porto Velho/RO - CEP: 76.801-189.
- 3.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.
- 3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos do certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo licitatório.
- 3.5. A decisão do(a) Agente de Contratações(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.comprasnet.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Agente de Contratações(a), na forma do Art. 164, parágrafo único.
- 3.6. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.comprasnet.gov.br), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.3. **Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**
 - 4.3.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - 4.3.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:
 - 4.3.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
 - 4.3.2.1. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e suas respectivas administrações direta e indireta, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;
 - 4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
 - 4.3.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
 - 4.3.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 4.3.6. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o item licitado se constitui de solução comercializada por inteiro, não havendo possibilidade de parcelamento

5 – DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

- 5.1 Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [art 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), neste Edital e em normas correlatas.

6 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação e a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas terão validade mínima de **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.7. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema comprasnet não devem conter nenhuma identificação da empresa proponente, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.8. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta, que somente será pública após a fase de lances.

6.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor total de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

- 7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado no certame.
- 7.7.1. Os critérios dos modos de disputa estão estabelecidos no Art. 23 e 24 da INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 73, DE 30 DE SETEMBRO DE 2022.
- 7.8. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Agente de Contratações (a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Agente de Contratações (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.9. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06.
- 7.10. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Agente de Contratações (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

8 DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratações verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.
- 8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Agente de Contratações (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.
- 8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Agente de Contratações (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.
- 8.3. O (a) Agente de Contratações (a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.
- 8.3.1. O Agente de Contratações poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, **no prazo de até 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Agente de Contratações (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.
- 8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).
- 8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.
- 8.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.8. O critério de julgamento das propostas será **MENOR PREÇO GLOBAL**, observando que o item que compõe o GRUPO sempre será o de menor preço.

9 – DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.2.1 Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme [item 9.2](#), os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.3. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.5. A verificação pelo Agente de Contratações, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

9.6.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.6.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.7. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.9. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;
- d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

9.10. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da

respectiva sede;

- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de provada indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir

9.10.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

9.11. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

9.12. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado ou declaração de capacidade técnica que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme o artigo 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaração de disponibilidade do aparelhamento e pessoal necessários para a execução do objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;
- c) Comprovação de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

9.14. DAS DECLARAÇÕES:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual n.º 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal n.º 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de

Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU

10 – DO RECURSO

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da atade julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do [art. 168, da Lei n. 14.133, de 2021](#)

11 – DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12 – DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório de que trata esta Instrução Normativa por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e sanções previstas no [item 32 e subitens do Anexo I – Termo de Referência](#)

13.2. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos

danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

14 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da ALE/RO, no valor global de **R\$ 51.997,81** (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e sete reais e oitenta e um centavos), nos termos da **Lei nº 5.982, de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual – LOA 2025** e do Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD 2025:

Pré-Empenho	Programa de Trabalho	Natureza da Despesa	Subitem	Valor Total
2025PE0009 *2025PE0091 *2025PE0092	01.001.01.122.1020.2062 Manter a Administração da Unidade	33.90.39 Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	69 Seguros em Geral	182.325,63 -42.979,48 -88.043,33
2025PE00064	01.001.01.122.1020.2062 Manter a Administração da Unidade	33.90.39 Outras Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiro - Pessoa Jurídica	69 Seguros em Geral	694,99
Total =>				51.997,81

***Anulação parcial**

15 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: www.comprasnet.gov.br e www.ale.ro.leg.br – link “licitações”

15.2. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: www.comprasnet.gov.br e www.ale.ro.leg.br

15.11. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

16 – DOS ANEXOS

16.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência - ([disponível separadamente](#)), composto de:

ANEXO II – Modelo de proposta ([virtual e definitiva](#));

ANEXO III – Modelo de Minuta de contrato - ([disponível separadamente](#));

Porto Velho-RO, 18 de agosto de 2025.

Everton José dos Santos Filho
Agente de Contratações ALE/RO

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (virtual e definitiva)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.1723.000097/2024-89
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2024/PPP/ALE/RO
UASG 926919 - AMPLA PARTICIPAÇÃO

Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS, a pedido da **Divisão de Transportes**, para atender as necessidades da **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**, conforme descrição detalhada no Anexo I – Termo de Referência. As empresas interessadas em participar deste certame deverão apresentar a descrição integral do respectivo grupo/ítem que compõe a sua proposta, vedadas expressões como: conforme item do edital e/ou termo de referência, sob pena de desclassificação.

ITEM	VEÍCULO	BLINDAGEM	MARCA/COR	ANO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	TOMB.	PRÊMIO
1	TOYOTA SW4	NÃO	TOYOTA/PRETA	2017/2017	NCU- 513	8AJBA3FS3H0242775	1124444138	12887	
2	COROLLA XEI20FLEX	NÃO	TOYOTA/BRANCA	2017/1018	NDA 6272	9BRBD3HE2J0356054	1120768036	12851	
3	HILUX CSLSTM4FD	NÃO	TOYOTA/PRATA	2016/2017	OHL 7545	8AJFA8CB1H2000431	1096666291	12403	
4	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA/PRETA	2024-2024	THI-5J57	8AJBA3FSXR0373946	1405576666	18363	
5	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J67	8AJBA3FS9R0374151	1405657607	18365	
6	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J77	8AJBA3FS3R0374095	1405658778	18366	
7	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J87	8AJBA3FS5R0374230	1405659707	18364	
8	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J97	8AJBA3FS7R0374066	1405530801	18362	
Valor global da proposta=>									

O valor global da proposta é de R\$ _____ (_____), e será pago mensalmente de acordo com os serviços prestados, calculado pelo preço unitário.

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS. A validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias consecutivos**, contados da data marcada para abertura das propostas.

Declaramos, para fins que se fizerem necessários que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e concordamos, sem restrição, com as condições constantes do Edital e seus anexos.

Declaramos que os preços cotados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.).

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: _____

CNPJ: _____

Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ UF _____
Telefone: _____ E-mail: _____
Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome: _____
RG: _____ C.P.F. _____
Telefones: _____ E-mail: _____

Local e data,

(assinatura do representante legal)

RG:

CPF:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE RONDÔNIA
A amiga do rondoniense



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia - ALE/RO

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 0510365/2025/SEC-ADM/SUP-LOGISTICA/DALP/TRA/ALERO

1. OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo: assistência 24 (vinte e quatro) horas em todo o território nacional, serviço de guincho e cobertura contra danos materiais decorrentes de sinistros, roubo ou furto, colisão, incêndio e danos causados por fenômenos naturais, conforme as condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

2. DA MODALIDADE LICITATÓRIA, FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

2.1. O processo licitatório ocorrerá na modalidade Pregão, conforme Lei nº 14.133, de 2021, artigo 6º, XLI:

(...)

*"pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de **menor preço** ou o de **maior desconto**;"*

(...)

2.2. A contratação através de pregão eletrônico ocorrerá utilizando-se o critério de menor preço global. Para participar do certame, as empresas licitantes deverão comprovar experiência prévia na prestação de serviços de seguro total para frotas veiculares, através da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Adicionalmente, serão exigidos o cumprimento das obrigações fiscais e trabalhistas, bem como a oferta de cobertura completa conforme descrito no escopo deste Termo de Referência.

2.3. A empresa que apresentar a proposta mais vantajosa em termos de custo total e que estiver em conformidade com as exigências técnicas e legais será selecionada para a adjudicação.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA DAS EMPRESAS PROPONENTES

3.1. A empresa prestadora dos serviços deverá apresentar a seguinte documentação obrigatória:

I. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão Negativa de Recuperação Judicial – Lei nº 11.101/2005, emitida pelo órgão competente, expedida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste prazo de validade.

II. Qualificação técnica:

a) Atestado ou declaração de capacidade técnica que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, conforme o artigo 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

b) Declaração de disponibilidade do aparelhamento e pessoal necessários para a execução do objeto da licitação, em conformidade com o artigo 67, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

c) Comprovação de regularidade junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

3.2. A ausência dos documentos exigidos no item anterior não impede a participação das empresas proponentes no certame licitatório. Contudo, a apresentação dessa documentação é indispensável para a classificação do licitante na fase de habilitação.

4. DA PROPOSTA COMERCIAL DE SEGURO

4.1. A proposta deverá contemplar todos os veículos, levando-se em conta as particularidades de cada grupo de seguros, observando a vigência das apólices atuais, classe de bônus existente de cada veículo, conforme descrito no Anexo I do Termo de Referência.

4.2. A proposta comercial deverá ser preenchida e assinada, bem como atender aos seguintes requisitos:

- 4.2.1. Constar prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do Pregão.
- 4.2.2. Indicar a razão social da empresa, número do CNPJ, endereço completo, números de telefone e e-mail, banco (nome e número), agência (nome e número), número da conta corrente e praça de pagamento;
- 4.2.3. Conter os preços propostos correspondentes aos praticados pela empresa, para pagamento à vista, englobando todas as despesas relativas a presente contratação, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, taxas, remunerações, despesas fiscais e financeiras, custo de apólice e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Termo, e as julgadas essenciais ao cumprimento do objeto.
- 4.2.4. Ser apresentada com os valores expressos em moeda nacional, devendo estar inclusas todas as despesas, tais como: impostos, taxas e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o preço.

5. DO JULGAMENTO E REGIME DE EXECUÇÃO

- 5.1. O critério de julgamento das propostas será o de MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do artigo 33 da Lei Federal nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum.
- 5.2. O regime de execução do objeto deste Termo de Referência deverá seguir o modelo de prestação de serviço continuado, conforme o previsto na Lei nº 14.133/2021, com pagamento do prêmio único, conforme previsto na proposta contratada.
- 5.3. O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, prorrogáveis por igual período até o limite decenal, com base nos artigos 106 e 107 da Lei 14.133/2021.
- 5.4. A manifestação da empresa contratada sobre o interesse na prorrogação do contrato deverá ocorrer em até 90 dias antes do término da vigência. A ausência de resposta dentro deste prazo será interpretada como desinteresse na renovação.

6. MOTIVAÇÃO/JUSTIFICATIVA

- 6.1. Considerando que o contrato 016/2022 ALE-RO, ID SEI: 0097497, celebrado entre a Assembleia Legislativa de Rondônia e a empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais para a prestação de serviços de seguro total da frota veicular expirou em 22 de setembro de 2024 e que a empresa contratada manifestou não ter interesse na prorrogação do contrato, conforme transcrição abaixo de trecho da carta ID SEI: 0271706:

6.2.

(. . .) "A Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, inscrita no CNPJ. 61.198.164/0001-60, sediada na Av. Rio Branco, 1489 Campos Elíseos / SP informa ao órgão, que não tem interesse em renovar a apólice 531.10.3437995, com vencimento em 22/09/2024. (devido ao alto índice de sinistralidade)." (. . .)

- 6.3. Considerando que a contratação de uma empresa seguradora é necessária para resguardar os veículos da frota oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que circulam constantemente em rodovias estaduais, federais, municipais, rurais e urbanas, enfrentando tráfego intenso e, portanto, estando sujeitos a várias possibilidades de sinistros. Tais sinistros podem resultar, ainda, em indenizações por danos pessoais e materiais aos parlamentares, servidores que prestam serviços à ALE/RO e a terceiros.
- 6.4. Dessa forma, a contratação de uma empresa para prestação de seguro total da frota visa proteger o patrimônio público contra possíveis danos aos veículos oficiais, abrangendo uma ampla gama de sinistros. Além disso, busca-se evitar que esta Casa de Leis seja obrigada a arcar com custos de indenizações por responsabilidade civil, tornando a contratação vantajosa.
- 6.5. Demais elementos da justificativa encontram-se acostadas ao Estudo Técnico Preliminar (0471476).

7. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 7.1. A presente contratação busca assegurar cobertura específica para a frota veicular atualmente em operação, composta por 8 veículos ativos. Os demais 43 veículos, atualmente inativos e recolhidos, não integram o escopo deste contrato por já estarem resguardados pelo seguro predial vigente da Assembleia Legislativa. Dessa forma, a cobertura contratada deverá abranger exclusivamente os veículos ativos em circulação.
- 7.2. Os veículos a serem cobertos serão discriminados no ANEXO I deste termo de Referência.

8. DA MODALIDADE DO SEGURO

- 8.1. As coberturas decorrentes da contratação terão como base o valor de mercado, de acordo com a tabela FIPE, observando-se as características dos veículos relacionados.

8.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser calculado com base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), disponível no site www.fipe.org.br. Na hipótese de extinção ou interrupção da publicação dessa tabela, será utilizada a tabela MOLICAR, disponível no site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual. Fica vedada a utilização de qualquer outra tabela.

8.3. Em sinistros envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo, por um prazo não inferior a 90 dias, contados a partir da data de seu recebimento pelo contratante, independentemente da quilometragem rodada nesse período. Entende-se por valor de veículo novo aquele constante na tabela de referência vigente na data de liquidação do sinistro.

8.4. Em caso de indenização com base na tabela FIPE, será assegurado o valor integral vigente na data do sinistro, conforme publicação oficial da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), sem aplicação de depreciações ou redutores.

9. DA VISTORIA PRÉVIA

9.1. A vistoria prévia será facultativa para as empresas licitantes. No entanto, caso desejem vistoriar os veículos a serem segurados, poderão comparecer ao Departamento de Transportes, localizada no andar -1 da ALE/RO, nos seguintes horários: segundas, quintas e sextas-feiras, das 7h30 às 13h30; terças e quartas-feiras, das 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00.

9.1.1. A vistoria dos veículos listados na tabela do Anexo I deverá ser agendada previamente por meio do e-mail divtransp@ale.ro.gov.br, da Departamento de Transportes/ALE/RO, localizada no edifício sede da ALERO à Rua Farquar, nº 2562, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, se for o caso.

9.1.2. O Edital de Licitação deverá estabelecer um prazo improrrogável de uma semana, ou seja, cinco dias úteis, preferencialmente de segunda a sexta-feira, para o agendamento das vistorias.

9.2. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para alegações posteriores de desconhecimento dos veículos, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes pertinentes ao objeto, inclusive em relação à cobertura de equipamentos e acessórios. O licitante vencedor deverá assumir os ônus decorrentes.

9.3. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, deverá apresentar uma DECLARAÇÃO, assinada pelo responsável, confirmando o pleno conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

10. DA AVARIA

10.1. Caso sejam identificadas avarias preexistentes na vistoria de contratação do seguro, essas avarias não impedirão a contratação, mas serão excluídas da cobertura em caso de sinistro de Perda Parcial.

10.2. Após a realização de reparos pela CONTRATANTE durante a vigência do seguro, o veículo deverá passar por uma nova vistoria para que a "Cláusula de Avaria" seja excluída.

10.3. Se a seguradora não realizar a vistoria prévia, conforme especificado no item 9 deste Termo de Referência, quaisquer cláusulas de avaria posteriores serão desconsideradas, e a seguradora assumirá total responsabilidade a partir da contratação, conforme o objeto deste seguro.

11. DOS BONUS

11.1. A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus existentes nas atuais apólices, conforme valores descritos na tabela do Anexo I, elevando, em mais 1 (um), a bonificação para o período da vigência das apólices.

11.2. Será admitida a diminuição da bonificação em menos 1 (um), de acordo com informações de ocorrência de sinistros, constantes na tabela do Anexo I, se for o caso.

12. DA FRANQUIA DO SEGURO

12.1. A franquia deverá ser apresentada obrigatoriamente na modalidade reduzida, com valores nominais claramente especificados na proposta da licitante. A composição do valor da franquia deverá considerar, de forma segregada, as variações conforme o modelo do veículo segurado, o tipo de cobertura contratada (colisão, roubo, incêndio, troca de farol, troca de lanterna, troca de para-brisa, entre outros) e a natureza do sinistro. Todos os valores propostos deverão ser apresentados em planilha específica, devidamente detalhada, e integrados à formação do preço.

12.2. Os impactos financeiros das franquias na contratação deverão ser explicitados na composição do preço final, permitindo uma análise comparativa entre as propostas. A ausência de critérios objetivos para definição das franquias e seus efeitos financeiros resultará na desclassificação da proposta comercial no processo licitatório.

12.3. Em caso de sinistro que exija o pagamento de franquia, o valor a ser pago deverá obedecer aos termos da apólice vigente na data do evento, seguindo os valores estabelecidos no contrato.

12.4. O pagamento da franquia será realizado exclusivamente à seguradora contratada, que ficará responsável por repassar os valores à oficina encarregada da execução dos serviços.

13. DA VIGÊNCIA DAS APÓLICES

13.1. A vigência das novas apólices de seguro passará a contar do primeiro minuto do dia subsequente à assinatura do contrato.

13.2. A vigência das novas apólices será de 12 meses, podendo ser renovada ao seu término, se for comprovada vantagem para a Administração, mediante termo aditivo e por igual período, até o limite legal, observado o interesse público e a critério do contratante, com base no artigo 105, 106 e 107 da Lei 14.133/2021.

14. DAS COBERTURAS E VALORES SEGURADOS

14.1. Os seguro deverá cobrir os seguintes eventos:

- **Colisões:** Danos materiais ou perda total decorrentes de colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente e queda de objetos estranhos.
Inclui higienização do veículo quando os danos não atingirem o valor da franquia.
- **Eventos Causados pela Natureza:** Danos causados por ventos fortes, chuvas, granizo, alagamentos ou submersões, bem como quaisquer outros sinistros decorrentes de fenômenos naturais ou das condições do terreno, tais como deslizamentos de terra, erosão do solo, tremores de terra e desmoronamento de estruturas, sejam elas construídas pelo homem ou resultantes da ação da natureza, como a queda de árvores.
- **Incêndio e Explosão:** Danos materiais totais ou parciais, incluindo despesas com socorro e salvamento.
- **Roubo, Furto e Atos de Vandalismo:** Indenização em caso de roubo ou furto total do veículo, bem como pelos danos resultantes de tentativas desses crimes. Além disso, inclui-se a cobertura para prejuízos causados por atos de vandalismo, como depredação, pichação e danos intencionais à estrutura do veículo.
- **Danos Materiais e Corporais a Terceiros:** Cobertura para prejuízos materiais e pessoais causados a terceiros, mesmo quando o veículo estiver nas dependências da Contratante.
- **Acidentes Pessoais de Passageiros:** Indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial.
- **Danos Morais:** Indenização decorrente de sinistros.

14.2. Os valores das COBERTURAS dos seguros são as seguintes:

Cobertura	Valor Segurado (R\$)
Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Valor de mercado (Tabela FIPE) ou valor do veículo novo por até 90 dias (para veículos 0 km)
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
Danos Corporais/Pessoais a Terceiros	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - Morte	R\$ 200.000,00 por ocupante (Duzentos mil reais)
Invalidez Permanente Total ou Parcial	R\$ 100.000,00 por ocupante (Cem mil reais)
Danos Morais	R\$ 50.000,00 por ocupante (Cinquenta mil reais)

14.3. Deverá haver cobertura para:

- Cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores.
- Guincho/Reboque 24h: Disponível em todo o território nacional, sem franquia, com atendimento em até 3 horas.
- Assistência 24h: Transporte de ocupantes em caso de pane, troca de pneus e serviço de chaveiro.

14.4. O reboque ou transporte do veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita (sem cobrança de franquia) para trajetos entre quaisquer localidades do Estado de Rondônia até o edifício sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

15. SERVIÇOS ADICIONAIS

15.1. Na apólice de seguro deverá ser incluída:

15.1.1. A PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA 24 HORAS, a todos os veículos segurados, disponível no território nacional, deverá compreender:

- a) A prestação de socorro, reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ao local do evento, em casos de falha mecânica ou elétrica.
- b) O reboque ou transporte de veículo segurado deverá ser prestado de forma gratuita (sem cobrança de franquia) em percurso até 800km, podendo ser cobrado uma taxa adicional por km após os 800 km
- c) O transporte de pessoas ocupantes do veículo, na ocorrência de avaria ou evento coberto, até uma unidade de atendimento mais próxima da ocorrência do evento ou até à sede da contratante;
- d) O serviço de troca de pneus quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar devido a problemas no pneu e/ou estepe;
- e) O serviço de chaveiro, quando o veículo não puder ser aberto em virtude da perda ou extravio das chaves, seu esquecimento no interior do veículo, ou quebra na fechadura, na ignição ou tranca de direção. O serviço será prestado mediante o envio de chaveiro ao local do evento;
- f) Serviço de proteção a vidros, lanternas e faróis.

16. DOS SALVADOS

16.1. Havendo sinistro com indenização total, os salvados serão de total responsabilidade da contratada.

17. DA REINTEGRAÇÃO DA IMPORTÂNCIA SEGURADA

17.1. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração do valor originalmente contratado da importância segurada será automática, sem qualquer cobrança adicional de prêmio ou franquia, garantindo a manutenção integral da cobertura durante a vigência do contrato.

18. DA INCLUSÃO, SUBSTITUIÇÃO E EXCLUSÃO

18.1. Havendo necessidade de inclusão ou substituição de veículos durante a vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, um orçamento que inclua o valor do prêmio total para cada veículo a ser incluído. Este valor deve refletir proporcionalmente os valores ofertados no certame que originou o contrato.

18.2. Para veículos substituídos cujo valor do prêmio seja menor do que o prêmio anteriormente contratado, a CONTRATADA deverá compensar a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período restante.

18.3. A compensação deve ser realizada por meio transferência bancária em conta corrente pertencente à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia. A empresa deve enviar o recibo quitado ao Gestor do Contrato e uma cópia ao Diretor do Departamento de Transportes da ALE/RO.

18.4. Caso seja necessário excluir veículos durante a vigência deste contrato, a empresa deverá calcular o valor total a ser devolvido à Administração Pública usando a fórmula:

- $X \div 12 = Y$
- $Y \times Z = VT$:

Onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo

12 = Número de meses

Y = Valor mensal do prêmio por veículo

Z = Número de meses restantes até o término do contrato

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública

18.4.1. O valor de **Z**, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido a partir da data da comunicação feita pela ALE/RO à operadora do seguro. Esta comunicação pode ser realizada por correspondência eletrônica com confirmação de recebimento ou por carta com aviso de recebimento.

18.4.2. Para efeitos deste cálculo, considera-se mês qualquer período superior a 15 dias.

18.4.3. O valor de **VT** a ser devolvido deve ser creditado em conta bancária da Assembleia Legislativa de Rondônia. O recibo de quitação correspondente deve ser encaminhado ao Departamento de Transportes da ALE/RO.

19. DA REGULARIZAÇÃO DE SINISTRO

19.1. Ocorrendo sinistro, A CONTRATADA deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura

20. DO ENDOSSO

- 20.1. Veículos que, porventura, sejam adquiridos e já estejam segurados por apólice diferente da contratada deverão ser incluídos no novo Contrato de Seguro Veicular após o término da vigência da apólice anterior, por meio de Endosso.
- 20.2. Alterações como inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pela Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia (ALE/RO) e, neste caso, deverão ser processadas pela seguradora, conforme as regras estabelecidas neste Termo de Referência, mediante endosso.
- 20.3. Durante a vigência do contrato, poderá ser solicitado, por meio de endosso, a correção de dados como nome do segurado, endereço, chassi, placas dos veículos, ou outras necessidades referentes ao objeto deste contrato que possam surgir.
- 20.4. A emissão do Endosso deverá ser concluída em até 15 (quinze) dias, a partir de solicitação expressa da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

21. DA EMISSÃO DA NOTA DE EMPENHO

- 21.1. A Nota de Empenho será emitida com base na menor proposta de preços obtida no certame licitatório, em favor da licitante vencedora. Esta será convocada para retirá-la dentro do prazo de 2 (dois) dias, contados a partir da convocação, e realizar a execução dos serviços conforme o prazo e as condições previstas neste Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 21.2. A Nota de Empenho poderá ser anulada a qualquer tempo, com base nos motivos previstos nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021. A rescisão contratual também poderá ocorrer conforme previsto na referida lei, assegurando ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

22. DOS PRAZOS, CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 22.1. Os serviços deverão ser prestados conforme as seguintes diretrizes:
- A) O início do prazo do contrato de seguro dos veículos correrá as 0 (zero) horas do dia imediatamente posterior àquele em que ocorrer as assinaturas do contrato.
 - B) Os prazos para indenização deverão ser aqueles mencionados no “manual do segurado”, não devendo ser, o maior deles, superior a trinta dias contado da ocorrência do sinistro.
 - C) Os prazos para assistência 24 horas serão aqueles previstos no “manual do segurado”, cujo número 0800 para contato deverá ser indicado na proposta.
 - D) O prazo para apresentação da apólice será de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato.
 - E) A CONTRATADA deverá informar à Administração da CONTRATANTE, no ato da emissão da apólice, nome e número de telefone de pelo menos uma pessoa que ficará responsável pelo atendimento à contratante.
- 22.2. A prestação dos serviços será solicitada através de Requisição da ALE/RO, devidamente assinada pelo Diretor do Departamento de Transportes com antecedência mínima de 1 (um) dia, para que a Contratada possa realizar a prestação dos serviços de seguro veicular nas condições exigidas neste Termo de Referência.
- 22.3. Os serviços deverão ser prestados à CONTRATANTE, localizada na Avenida Farquar, nº2562 – Bairro Olaria, Porto Velho - Rondônia, tudo conforme especificações minuciosamente descritas neste Termo de Referência.
- 22.4. A administração se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados, caso se encontrem em desacordo com o Edital e com este Termo de Referência.

23. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 23.1. O recebimento provisório dos serviços executados será realizado pelo servidor designado como Fiscal, mediante aceite na fatura/nota fiscal, para verificação posterior da conformidade dos serviços com as especificações do Edital e deste Termo de Referência.
- 23.2. O Fiscal terá a competência de monitorar a execução dos serviços, dirimir dúvidas que surgirem durante a execução do contrato e dar ciência à Administração sobre quaisquer irregularidades ou inconformidades.
- 23.2.1. Decisões e providências que excedam a competência do Fiscal, relativas ao recebimento provisório, deverão ser tomadas por seus superiores, em tempo hábil, para garantir as medidas convenientes à ALE/RO.
- 23.2.2. O Departamento de Transportes será responsável por acompanhar a execução dos serviços, reportando ao Fiscal qualquer anomalia ou desconformidade para as devidas providências.
- 23.2.3. A aceitação provisória não exime a CONTRATADA da responsabilidade pelo desempenho adequado dos serviços prestados, sendo sua obrigação sanar quaisquer irregularidades detectadas pelo Fiscal ou pela Comissão de Recebimento.

24. DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

- 24.1. O recebimento definitivo dos serviços será realizado pela Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Recebimento de Serviços, Bens de Consumo e Bens Permanentes da ALE/RO.

24.2. Comissão analisará os serviços quanto à quantidade, qualidade e conformidade com as especificações da proposta de preços aceita e as disposições deste Termo de Referência, aplicando todas as normas pertinentes.

24.3. Caso sejam constatados vícios, defeitos ou incorreções, a Comissão de Recebimento rejeitará o(s) serviço(s), suspendendo o prazo para emissão do Termo de Recebimento Definitivo até que a empresa providencie as correções necessárias, sem implicar em ônus para esta Assembleia Legislativa.

24.4. A reexecução dos serviços rejeitados deverá ocorrer em até 7 (sete) dias úteis, após o que, sendo constatada a adequação dos serviços, a Comissão procederá à aceitação definitiva.

24.5. Se for verificado que a adequação dos serviços não é possível, ou se, após concedido prazo para reparações, o resultado esperado não for alcançado, será possível a rescisão unilateral do contrato, conforme disposto no art. 79, I da Lei nº 14.133/2021, com a aplicação de penalidades e a abertura de processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

24.6. A Comissão emitirá o Termo de Recebimento Definitivo dos serviços após a conclusão satisfatória das etapas mencionadas, formalizando o encerramento do processo de recebimento.

25. **DA FISCALIZAÇÃO**

25.1. A fiscalização dos serviços será exercida preferencialmente por servidores da Superintendência de Logística/Departamento de transportes, devidamente nomeado pela **Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia**.

25.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e Regulamentos internos desta ALE/RO, como as Instruções normativas internas e a Resolução 593/2024.

25.3. A fiscalização exercida não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade verificada durante a execução.

26. **DOS PAGAMENTOS**

26.1. **Condições Gerais**

26.1.1. O pagamento será efetuado mediante ordem bancária, por meio de depósito em conta corrente indicada pela Contratada, respeitadas as condições previstas no contrato e no instrumento convocatório, em conformidade com a Resolução nº 593, de 30 de outubro de 2024.

26.1.2. O pagamento observará a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, conforme as categorias estabelecidas no art. 66 da Resolução nº 593/2024.

26.1.3. O pagamento poderá ser antecipado, desde que seja respeitada a ordem cronológica e que não haja prejuízo à Administração.

26.2. **Prazo para Pagamento**

26.2.1. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de protocolo da Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo gestor do contrato e pelo fiscal responsável.

26.2.2. Caso haja necessidade de correção na documentação fiscal apresentada, o prazo para pagamento será reiniciado a partir da reapresentação da documentação corrigida.

26.3. **Requisitos para Liquidação do Pagamento**

26.3.1. A solicitação de pagamento deverá ser instruída com os seguintes documentos:

- Nota Fiscal/Fatura original, emitida de acordo com a legislação vigente;
- Certidão de regularidade fiscal perante a Fazenda;
- Certidão de regularidade previdenciária e trabalhista;
- Comprovante de cumprimento das obrigações previdenciárias, nos casos aplicáveis;
- Outros documentos exigidos pelo contrato e pelo edital.

26.3.2. Os documentos deverão ser entregues na Sede da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, localizada na Avenida Farquar, nº 2562, 2º andar - Bairro Olaria, CEP 76801-189, Porto Velho - RO, aos cuidados da Secretaria Administrativa, ou enviados para o e-mail sad@al.ro.leg.br.

26.4. **Penalidades por Atraso no Pagamento**

26.4.1. Nos casos em que houver atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento, a Contratada poderá solicitar a suspensão da execução do contrato, mediante notificação prévia à Contratante, desde que observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis. A suspensão somente poderá ocorrer caso não haja justificativa válida para a manutenção da ordem cronológica de pagamentos, nos termos da legislação vigente.

26.4.2. Quando o atraso no pagamento for ocasionado exclusivamente pela Contratante, o valor devido será atualizado financeiramente, com incidência de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, calculados conforme a fórmula:

$$J=P \times i \times t$$

Onde:

- **J** = Juros de mora a serem pagos
- **P** = Valor da parcela em atraso (principal)
- **i** = Taxa de juros de mora (0,5% ao mês ou 6% ao ano)
- **t** = Tempo de atraso, expresso em meses ou anos, dependendo da taxa de juros utilizada.

26.5. Retenções Tributárias

26.5.1. Será efetuada a retenção dos tributos previstos na legislação fiscal vigente, salvo apresentação de documentação que comprove o direito à não incidência ou isenção.

26.5.2. As retenções ocorrerão conforme a legislação federal, incluindo o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e a contribuição para o PIS/PASEP.

26.5.3. A data de pagamento será considerada a data da emissão da ordem bancária.

26.6. Considerações Finais sobre os Pagamentos

26.6.1. O descumprimento das obrigações por parte da Contratada poderá ensejar a aplicação de penalidades previstas no contrato e na legislação vigente.

26.6.2. A fiscalização do contrato será exercida pelos gestores e fiscais designados, nos termos do Anexo X da Resolução nº 593/2024.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

27.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

27.1.1. Assinar o contrato em até dois dias úteis após a convocação.

27.1.2. Retirar a Nota de Empenho conforme as disposições do item 21 deste Termo de Referência.

27.1.3. Prestar os serviços rigorosamente de acordo com o presente Termo de Referência.

27.1.4. Prestar assistência contínua, durante o dia e a noite.

27.1.5. Especificar na proposta o valor da importância segurada.

27.1.6. Emitir as apólices de seguro no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

27.1.7. Informar um preposto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas para atender aos chamados da ALE/RO, sempre que necessário.

27.1.8. Adotar as providências necessárias para o pagamento da indenização devida em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega pela Contratante de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro, independentemente de outros prazos estipulados em normas administrativas.

27.1.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre os comprovantes de regularidade fiscal junto à Nota Fiscal de Serviços.

27.1.10. Permanecer como única e total responsável pela cobertura do seguro contratado, inclusive no aspecto técnico, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, especialmente no que tange à regulação dos sinistros ocorridos e ao pagamento da indenização devida.

27.1.11. Em caso de sinistro que exija a realização de serviços, estes deverão ser executados obrigatoriamente por empresa indicada pela Contratada, concessionária autorizada ou empresa credenciada pela Seguradora, com aprovação e autorização da Contratante, sendo a reposição de peças realizada com peças originais, salvo impossibilidade.

27.1.12. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante na execução dos serviços contratados.

27.1.13. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato.

27.1.14. Ressarcir eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou a terceiros por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, prepostos e demais prestadores de serviços na execução do contrato.

27.1.15. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas devidas

aos seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços contratados.

27.1.16. Reexecutar, total ou parcialmente, nos prazos estabelecidos, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

27.1.17. Ao final do contrato, fornecer as informações técnicas necessárias à Assembleia Legislativa de Rondônia para subsidiar o próximo processo licitatório, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis.

27.1.18. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

27.1.19. Executar os serviços requisitados de acordo com as necessidades da Contratante.

27.1.20. Assumir a responsabilidade e o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto deste projeto, apresentando os respectivos comprovantes quando solicitados pela Contratante.

27.1.21. A fiscalização pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou execução inadequada dos serviços. A ocorrência de tais situações não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

27.1.22. É vedada a subcontratação total ou parcial dos serviços objeto deste contrato.

27.1.23. Declarar e se comprometer a cumprir integralmente a legislação trabalhista e de inclusão aplicável, inclusive, quando exigível, as normas de reserva de vagas para pessoas com deficiência, reabilitados e aprendizes. O cumprimento será declaratório e passível de verificação por documentos hábeis, sem transferência de fiscalização trabalhista à Contratante, dado o objeto não envolver dedicação exclusiva de mão de obra.

28. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

28.1. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros durante a vigência do contrato.

28.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, bem como efetuar os pagamentos de acordo com as condições e preços estabelecidos.

28.3. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias para a contratação do seguro, conforme descrito neste Termo de Referência.

28.4. Efetuar os pagamentos à Contratada referentes ao prêmio do seguro e às franquias resultantes de sinistros no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, considerando a data de apresentação das Apólices e Nota de Seguro.

28.5. Os pagamentos serão realizados por meio de Ordem Bancária.

28.6. Cumprir todas as normas e condições estabelecidas neste Termo.

28.7. Comunicar por escrito à Contratada a ocorrência de sinistro imediatamente após o evento.

28.8. Fornecer à Contratada todos os dados, elementos e documentos necessários para comprovar a ocorrência do sinistro. Também deverá permitir e facilitar à seguradora a adoção de medidas apropriadas, após prévia consulta e avaliação da SUSEP, para esclarecer a causa do sinistro e apurar o valor total do prejuízo, bem como comunicar às autoridades competentes, quando necessário.

28.9. Prestar aos funcionários da Contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados sobre a prestação dos serviços.

28.10. Supervisionar, fiscalizar e aprovar ou reprovar os serviços executados, após a vistoria e entrega dos veículos pela Contratada.

28.11. A fiscalização exercida pela CONTRATANTE terá, em especial, a autoridade para acompanhar e suspender a execução de serviços que estejam em desacordo com as especificações.

29. **DA RESCISÃO CONTRATUAL E CANCELAMENTO DO SEGURO**

29.1. A rescisão ou cancelamento do contrato de seguro poderá ocorrer total ou parcialmente, nos casos previstos nos artigos 137 a 144 da Lei nº 14.133/2021, observadas as seguintes condições:

29.2. A rescisão contratual poderá ocorrer:

- a) Por iniciativa da Contratante, hipótese em que a Contratada reterá, além dos emolumentos, o prêmio proporcional ao prazo decorrido até a data da rescisão;
- b) Por iniciativa da Contratada, caso em que esta reterá do prêmio recebido a parte proporcional ao tempo decorrido até o momento da rescisão;
- c) Por ato unilateral e escrito da Administração, quando presentes os casos previstos no artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;
- d) Por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

29.3. Em qualquer hipótese de rescisão ou cancelamento, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, e o ato será devidamente registrado no respectivo processo administrativo.

30. DO REAJUSTES DE PREÇO

- 30.1. Os preços inicialmente contratados serão fixos e irrevogáveis pelo prazo de um ano, contado a partir da data do orçamento estimado.
- 30.2. Após esse interregno, os preços serão reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), aplicado automaticamente pelo Contratante, incidindo exclusivamente sobre as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 30.3. Para os reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste aplicado.
- 30.4. Caso haja atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a Contratante aplicará a última variação conhecida, realizando a compensação tão logo o índice definitivo seja divulgado.
- 30.5. Nas aferições finais, será obrigatoriamente adotado o índice definitivo divulgado pelo órgão competente.
- 30.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento seja extinto ou impossibilitado de uso, será adotado aquele que vier a ser determinado pela legislação vigente.
- 30.7. Na ausência de previsão legal sobre o índice substituto, as partes elegerão, por meio de termo aditivo, um novo índice oficial adequado para o reajuste do valor remanescente.
- 30.8. O reajuste será realizado por apostilamento e as alterações decorrentes serão publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
- 30.9. A revisão dos preços poderá ser solicitada pela Contratada em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto no Art. 124 da Lei nº 14.133/2021. A Contratada deverá apresentar requerimento formal à Contratante, anexando documentos que demonstrem a variação dos custos, tais como tabelas de preços de fornecedores, notas fiscais de aquisição e custos logísticos.
- 30.10. A comprovação da necessidade de revisão será realizada por meio de documentos, como planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, evidenciando o impacto da variação de preços no valor total pactuado.
- 30.11. Caso a Contratante reconheça a existência do desequilíbrio econômico-financeiro, procederá à revisão dos valores pactuados, por meio de aditamento contratual.
- 30.12. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, a Contratada será convocada para adequação dos valores contratados, mantendo o mesmo objeto, qualidade e especificações inicialmente estabelecidas.
- 30.13. Na hipótese de a Contratada não adequar os preços aos de mercado ou em caso de inviabilidade da revisão solicitada, o Contrato poderá ser rescindido a critério da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.
- 30.14. Os pedidos de revisão/reequilíbrio deverão vir instruídos com documentos comprobatórios (planilhas comparativas, séries de preços, notas técnicas). A Contratante acusará recebimento em até 5 (cinco) dias úteis e decidirá em até 30 (trinta) dias úteis, prorrogáveis de forma motivada por igual período, contados do protocolo do pedido devidamente instruído.
- A decisão será formalizada por aditivo, quando cabível. A ausência de decisão no prazo não implica deferimento tácito, permanecendo vigente o valor contratual até deliberação expressa."

31. DAS PENALIDADES

- 31.1. As penalidades contratuais são as previstas no Artigo 156 da Lei nº 14.133/2021, garantidos os direitos à ampla defesa e ao contraditório.
- 31.2. O disposto no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 estabelece:
- (. . .)" Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

"(...)

32. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

32.1. Serão aplicadas penalidades nos termos da Lei nº 14.133/2021 à Contratada que cometer as seguintes infrações administrativas:

- a) Não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Não celebrar o contrato após ser convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- c) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- d) Retardar a execução do objeto;
- e) Fraudar na execução do contrato;
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Não manter a proposta.

32.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, entendidas como aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de inexecução total do objeto;
- c) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória poderá ser aplicada na proporção de 5% sobre o valor total do Contrato;
- d) Impedimento de contratar com a Assembleia Legislativa de Rondônia, pelo prazo de até dois anos;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a qual será concedida sempre que a Contratada ressarcir a ALERO pelos prejuízos causados.

32.3. Também ficam sujeitas às penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 as Contratadas que:

- a) Sofrerem condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Praticarem atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrar falta de idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

32.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas será realizada em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999.

33. DA SUSTENTABILIDADE

33.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis em todas as etapas da execução do contrato, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e no Decreto Estadual nº 21.264/2016.

33.2. As embalagens e materiais utilizados deverão ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, e a CONTRATADA deverá comprovar a adoção de medidas que minimizem o impacto ambiental de suas atividades.

34. DO QUANTITATIVO E VALOR ESTIMADO EM PESQUISA DE PREÇOS

34.1. As estimativas dos valores de contratação foram realizadas, com base no Quadro Estimativo 22/2025 (0443214), realizado pelo Departamento de Compras.

34.2. A tabela abaixo foi desenvolvida a partir da cotação de preço e demonstra o valor estimado até o momento para a contratação:

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES							
ITEM	VEÍCULO	BLINDAGEM	MARCA/COR	ANO	PLACA	RENAVAM	VALOR
1	TOYOTA SW4	NÃO	TOYOTA - PRETA	2017/2017	NCU-8513	1124444138	R\$ 4.869,87
2	COROLLA XEI20FLEX	NÃO	TOYOTA - BRANCA	2017/1018	NDA 6272	1120768036	R\$ 3.640,59
3	HILUX CSLSTM4FD	NAO	TOYOTA - PRATA	2016/2017	OHL 7545	1096666291	R\$ 6.194,95
4	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J57	01405576666	R\$ 7.458,48
5	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J67	01405657607	R\$ 7.458,48
6	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J77	01405658778	R\$ 7.458,48
7	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J87	01405659707	R\$ 7.458,48
8	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NÃO	TOYOTA - PRETA	2024-2024	THI-5J97	01405530801	R\$ 7.458,48
TOTAL, CONFORME PARÂMETRO DO QUADRO ID: 0443214							R\$ 51.997,81

34.2.1. Nos termos do art. 24, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, o valor máximo aceitável será definido com base nas pesquisas de preços realizadas, podendo, a critério da administração, ser inferior ao valor apurado.

34.3. A frota desta Casa de Leis será composta por 08 veículos, conforme Anexo I.

34.4. As propostas comerciais deverão elencar, além do preço referente ao prêmio total (obtido pela soma dos prêmios unitários de cada um dos oito veículos), incluindo neste valor todos os custos, como: impostos, taxas, e outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre o valor final.

34.5. As propostas comerciais devem, ainda, fixar claramente os valores para as modalidades de franquia, em casos de sinistros que não superem o valor necessário para a declaração de perda total do veículo.

35. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

35.1. Para fins de classificação da despesa, a rubrica/programação orçamentária é, nos termos da **Lei nº 5.982 de 29 de janeiro de 2025 - Lei Orçamentária Anual (LOA) 2025::**

- Programa de Trabalho: 01.001.01.122.1020.2062 - Manter a Administração da Unidade
- Natureza de Despesa: 33.90.39.69 – Seguros em Geral;
- Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos .

36. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

36.1. As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis vigentes.

36.2. Registre-se que, a manifestação por parte do Departamento de Termo de Referência da Secretaria Administrativa, fica adstrita tão somente à revisão e manifestação quanto as cláusulas contratuais gerais, e demais exigências que não afetem a parte técnica e específica do setor requisitante, no caso a Superintendência de Logística- Departamento de transportes, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 005/CG/ALE-RO/2020 – § 3º - Inciso I, e em atendimento a Lei 14.133/2021 ou ao Decreto Federal 10.024/2019.

36.3. Em relação às considerações técnicas, tais como: a necessidade da contratação do objeto, a escolha de produtos/materiais/equipamentos e/ou serviços, quantitativos, justificativa da necessidade da contratação, finalidade da contratação, forma e prazo de execução, critério de julgamento, elaboração de projetos, cronograma de execução, memórias de cálculos, por consistirem especificamente ao objeto solicitado, são de inteira e exclusiva responsabilidade do órgão demandante.

37. OUTRAS OBSERVAÇÕES

37.1. Os veículos constantes da Tabela do Anexo I trafegam por todo o Estado de Rondônia, prioritariamente no município de Porto Velho/RO, eventualmente em outras Unidades da Federação, não havendo veículos exclusivos que trafeguem em determinado município ou localidade.

37.2. Os serviços de seguro veicular atenderão os veículos pertencentes à frota desta Casa de Leis, conforme especificado na Tabela do Anexo I deste Termo de Referência, bem como, os veículos que venham a pertencer à Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia durante a vigência do Contrato, situação em que será viabilizado por meio de Endosso.

38. ANEXO I - COMPOSIÇÃO DA FROTA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA - HISTÓRICO DE SINISTROS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES											
ITEM	VEÍCULO	BLINDAGEM	POSSUI APÓLICE VIGENTE	Classe de Bônus Atual	MARCA/COR	ANO	PLACA	CHASSI	RENAVAM	TOMB.	SINISTRO
1	TOYOTA SW4	NÃO	não	0	TOYOTA - PRETA	2017/2017	NCU-8513	8AJBA3FS3H0242775	1124444138	12887	SIM
2	COROLLA XEI20FLEX	NÃO	não	1	TOYOTA - BRANCA	2017/1018	NDA 6272	9BRBD3HE2J0356054	1120768036	12851	NÃO
3	HILUX CSLSTM4FD	NAO	não	1	TOYOTA - PRATA	2016/2017	OHL 7545	8AJFA8CB1H2000431	1096666291	12403	NÃO
4	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NAO	não	n/a	TOYOTA-PRETA	2024-2024	THI-5J57	8AJBA3FSXR0373946	1405576666	18363	NÃO
5	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NAO	não	n/a	TOYOTA-PRETA	2024-2024	THI-5J67	8AJBA3FS9R0374151	1405657607	18365	NÃO
6	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NAO	não	n/a	TOYOTA-PRETA	2024-2024	THI-5J77	8AJBA3FS3R0374095	1405658778	18366	NÃO
7	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NAO	não	n/a	TOYOTA-PRETA	2024-2024	THI-5J87	8AJBA3FS5R0374230	1405659707	18364	NÃO
8	SW4 DSL 4X4 SRX PLATINUM AT 7S	NAO	não	n/a	TOYOTA-PRETA	2024-2024	THI-5J97	8AJBA3FS7R0374066	1405530801	18362	NÃO

Observações:

- As Classes de Bônus são referem-se às informadas na apólice da atual vigência contratual, cada veículo sinistrado, porém não baixado, teve sua pontuação reduzida em 1 (um) ponto. Não obstante os veículos sem sinistro receberam 1 ponto positivo.

- Os veículos modelo Toyota SW4 2024/2024, num total de cinco unidades, estão listados nas linhas 4 a 8. Não há registro de classe de bônus para esses veículos, pois ainda não foram incluídos em nenhuma apólice de seguro.
- Dos 51 veículos componentes da frota, 43 serão leiloados em 2025. O processo administrativo para a realização do leilão é o de registro SEI 100.1723.000044/2025-49. Desse modo a apólice deverá ofertar cobertura somene para os veículos elencados na planilha acima.

39. DAS ASSINATURAS

Equipe Técnica:

Rafael Pacheco Bernaski

Assistente Legislativo

Equipe Administrativa:

Luciano Ferreira dos Santos

Diretor do Departamento de Transportes

Gisely Beck Gonçalves Salton

Superintendente de Logística

Revisado por:

Sandra Viana Teles

Diretora Divisão de Elaboração TR

Mayara Gomes Freire da Silva Gabriel

Secretária Administrativa

Aprovo o presente Termo de Referência, nos termos da Resolução nº 593 de 30/10/2024:

Arildo Lopes da Silva

Secretário Geral



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Pacheco Bernaski**, **Assistente Legislativo**, em 07/08/2025, às 10:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gisely Beck Gonçalves Salton**, **Superintendente de Logística**, em 07/08/2025, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Arildo Lopes da Silva**, **Secretário Geral**, em 07/08/2025, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Viana Teles**, **Diretor de Departamento**, em 07/08/2025, às 13:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mayara Gomes Freire da Silva Gabriel**, **Secretária Administrativa**, em 08/08/2025, às 10:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0510365** e o código CRC **6FD32490**.

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO

Site www.al.ro.leg.br

MINUTA DE CONTRATO

Pregão Eletrônico nº XXX/2025/CPP/ALE/RO

Processo Administrativo nº 100.1723.000097/2024-89

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE RONDÔNIA (ALE/RO), inscrita no CNPJ sob o nº 04.794.681/0001-68, com sede na Avenida Farquar, n. 2562, Bairro Olaria, nesta Capital, neste ato representado pelo Secretário-Geral, ARILDO LOPES DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 299.056.482-91, portador do RG nº 19.593.991 SSP/SP, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa

_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada na _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato, representada por _____, portador do CPF nº

XXXXXXXXXX e inscrito no RG sob o nº XXXXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 100.1723.000097/2024-89, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 11.462/2023, Decreto Estadual/RO nº 28.874/2024, bem como a Lei Complementar nº 123/06, suas alterações posteriores e demais legislações vigentes, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, pelo prazo de 12 (doze) meses, incluindo assistência 24 (vinte e quatro) horas em todo o território nacional, serviço de guincho e cobertura contra danos materiais decorrentes de sinistros, roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados por fenômenos naturais, danos materiais e corporais a terceiros, acidentes pessoais de passageiros e danos morais, conforme as condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

1.2. PARÁGRAFO ÚNICO: São partes integrantes do presente Contrato, independentemente de sua transcrição, o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência, o Mapa de Risco, o Edital, a proposta da CONTRATADA, bem como os anexos e demais elementos constantes do Processo Administrativo nº 100.1723.000097/2024-89.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

2.1. Este Contrato está vinculado ao Edital de Licitação, à proposta do licitante vencedor e ao Termo de Referência constante do Processo Administrativo nº 100.1723.000097/2024-89, conforme disposto no art. 92, II, da Lei nº 14.133/2021.

3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

3.1. A execução deste contrato reger-se-á pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Federal nº 11.462/2023, pelo Decreto Estadual/RO nº 28.874/2024, e demais normas federais e estaduais aplicáveis.

3.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos princípios da teoria geral dos contratos e nas disposições de direito privado, conforme art. 54 e 55 da Lei nº 14.133/2021.

4. DO REGIME DE EXECUÇÃO

4.1. O regime de execução deste contrato será contínuo, com prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos da CONTRATANTE, conforme especificado no Termo de Referência.

5. DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor total do presente Contrato é de R\$ xxx.xxx,xx (xxx reais e xxx Centavos), conforme homologação constante no Termo de Referência.

5.2. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, caso o valor total da contratação seja igual ou inferior a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), e em até 30 (trinta) dias consecutivos, para valores superiores, contados a partir da emissão do termo de recebimento definitivo expedido pela Comissão de Recebimento de Materiais e Serviços, conforme art. 9º da Resolução nº 395/2018-ALE/RO e Decreto Federal nº 11.871 de 29.12.2023.

5.3. O valor será reajustado anualmente, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que vier a substituí-lo, com data-base na data de assinatura do contrato.

5.4. A CONTRATADA poderá solicitar a revisão dos valores contratados, desde que comprove variação significativa nos custos dos insumos necessários à execução do contrato. O pedido de repactuação deverá ser formalizado por escrito, com justificativa técnica e documentação comprobatória, e a CONTRATANTE terá o prazo de 30 (trinta) dias para analisar e responder, podendo aceitar ou rejeitar a solicitação, conforme disposto no art. 92, X, da Lei nº 14.133/2021.

6. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO E ENTREGA

6.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo, no interesse da administração, ser prorrogado por períodos subsequentes de até 12 (doze) meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no artigo 105 e 106 da Lei 14.133/2021.

6.2. A manifestação da empresa contratada sobre o interesse na prorrogação do contrato deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias antes do término da vigência, ficando a prorrogação condicionada à aprovação da CONTRATANTE. A ausência de resposta dentro deste prazo será interpretada como desinteresse na renovação.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Assembleia Legislativa de Rondônia, para o exercício de 2025, na seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho: 01.001.01.122.1020.2062 - Manter a Administração da Unidade
- Natureza de Despesa: 33.90.39.69 - Seguros em Geral
- Fonte de Recurso: 1500 - Recursos não Vinculados de Impostos.

8. DAS COBERTURAS E VALORES SEGURADOS

8.1. O seguro deverá cobrir os seguintes eventos:

- Colisão: Danos materiais ou perda total decorrentes de colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente e queda de objetos estranhos.
- Incêndio e Explosão: Danos materiais totais ou parciais, incluindo despesas com socorro e salvamento.
- Roubo e Furto: Indenização em caso de roubo ou furto total do veículo, bem como pelos danos resultantes de tentativas desses crimes.
- Danos Materiais e Corporais a Terceiros: Cobertura para prejuízos materiais e pessoais causados a terceiros, mesmo quando o veículo estiver nas dependências da CONTRATANTE.
- Acidentes Pessoais de Passageiros: Indenização por morte ou invalidez permanente, total ou parcial.
- Danos Morais: Indenização decorrente de sinistros.

8.2. Os valores das coberturas dos seguros são os seguintes:

Cobertura	Valor Segurado (R\$)
Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Valor de mercado (Tabela FIPE) ou valor do veículo novo por até 90 dias (para veículos 0 km)
Danos Materiais a Terceiros	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Danos Corporais/Pessoais a Terceiros	R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)
Acidentes Pessoais de Passageiros - Morte	R\$ 200.000,00 por ocupante (Duzentos mil reais)
Invalidez Permanente Total ou Parcial	R\$ 100.000,00 por ocupante (Cem mil reais)
Danos Morais	R\$ 50.000,00 por ocupante (Cinquenta mil reais)

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

9.2. Emitir as apólices de seguro no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato.

9.3. Prestar assistência 24 horas, incluindo serviços de guincho, reboque, troca de pneus e chaveiro, conforme especificado no Termo de Referência.

9.4. Realizar o pagamento das indenizações devidas em até 10 (dez) dias úteis, após a entrega de todos os documentos comprobatórios da ocorrência do sinistro.

9.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação para contratar com a Administração Pública, apresentando sempre os comprovantes de regularidade fiscal junto à Nota Fiscal de Serviços.

9.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas devidas aos seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços contratados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além das obrigações resultantes da aplicação da Lei nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

10.2. Comunicar à CONTRATADA a ocorrência de quaisquer sinistros durante a vigência do contrato.

10.3. Efetuar os pagamentos à CONTRATADA referentes ao prêmio do seguro e às franquias resultantes de sinistros no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, considerando a data de apresentação das Apólices e Nota de Seguro.

10.4. Fornecer todas as informações, esclarecimentos, documentos e condições necessárias para a contratação do seguro, conforme descrito no Termo de Referência.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa a CONTRATADA que descumprir quaisquer das obrigações previstas neste contrato, sujeitando-se às seguintes penalidades:

- a) Multa de 2% (dois por cento) do valor total do contrato por atraso na entrega dos serviços ou descumprimento de prazos;
- b) Multa de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato por descumprimento de obrigações técnicas ou qualitativas;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, em caso de infrações graves.

11.2. As penalidades serão aplicadas após processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa da CONTRATADA, conforme disposto no art. 155, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS FRANQUIAS

12.1. A franquia será estipulada na modalidade reduzida, com valores claramente especificados na proposta da empresa licitante, considerando as variações conforme o modelo do veículo e o tipo de sinistro coberto. Os valores das franquias serão fixos e definidos previamente na proposta, garantindo previsibilidade e controle de custos para a administração.

13. DO ENDOSSO

13.1. Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá realizar os endossos necessários para exclusão de veículos alienados via leilão, garantindo o reembolso proporcional dos valores correspondentes ao período restante da vigência da apólice. O cálculo do reembolso será feito conforme a fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ (valor mensal do prêmio do veículo)}$$

$$Y \times Z = VT \text{ (valor total a ser reembolsado, considerando os meses restantes até o fim do contrato).}$$

13.2 O reembolso deverá ser efetuado via transferência bancária à Assembleia Legislativa no prazo máximo de 15 dias após a exclusão do veículo segurado.

14. DA SUSTENTABILIDADE

14.1. A CONTRATADA deverá adotar práticas sustentáveis em todas as etapas da execução do contrato, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e no Decreto Estadual nº 21.264/2016.

14.2. As embalagens e materiais utilizados deverão ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis, e a CONTRATADA deverá comprovar a adoção de medidas que minimizem o impacto ambiental de suas atividades.

15. DA RESCISÃO

15.1. A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, nos casos de descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, ou por interesse da administração pública, conforme previsto no inciso II, art. 104 da Lei 14.133/2021.

15.2. No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão à CONTRATADA, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

16. DA GARANTIA

16.1. A CONTRATADA deverá apresentar garantia de fiel cumprimento do contrato, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, a ser mantida durante toda a vigência do contrato, conforme disposto no art. 92, XII, da Lei nº 14.133/2021.

16.2. a CONTRATANTE poderá utilizar a garantia para cobrir eventuais prejuízos decorrentes, mediante notificação formal à CONTRATADA e após abertura de processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa.

17. DO FORO

17.1. As questões suscitadas entre as partes, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

18. DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas pela Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, aplicam-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma dos arts. 54 e 55 da Lei nº 14.133/2021, bem como todas as normas federais vigentes aplicáveis à espécie.

Porto Velho/RO, ____ de _____ de 2025

Secretário Geral da ALE/RO- CONTRATANTE
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Representante Legal da Contratada
Empresa Contratada